

# O

## Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM (1979-1993)

Naasson Barbosa Cruz  
Ana Cláudia Ribeiro de Souza

Naasson Barbosa Cruz e Ana Cláudia Ribeiro de Souza | AUTORES

Luciana Braga | CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

E-mail: Luca.fb@gmail.com



#### Descrição Técnica do Produto

Nível de Ensino a que se destina o produto:

Ensino Agrícola

Área do Conhecimento: Ensino

Público Alvo: Professores, estudantes e pesquisadores.

Categoria deste produto: Material textual

Finalidade: Servir como material didático.

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Divulgação: Por meio digital

Desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Centro – ProfEPT – IFAM-CMC.

---

#### Biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro

---

C957s Cruz, Naasson Barbosa.  
O sistema escola-fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM (1979-1993) / Naasson Barbosa Cruz, Ana Cláudia Ribeiro de Souza. – Manaus, 2021.  
52 p. : il. color.

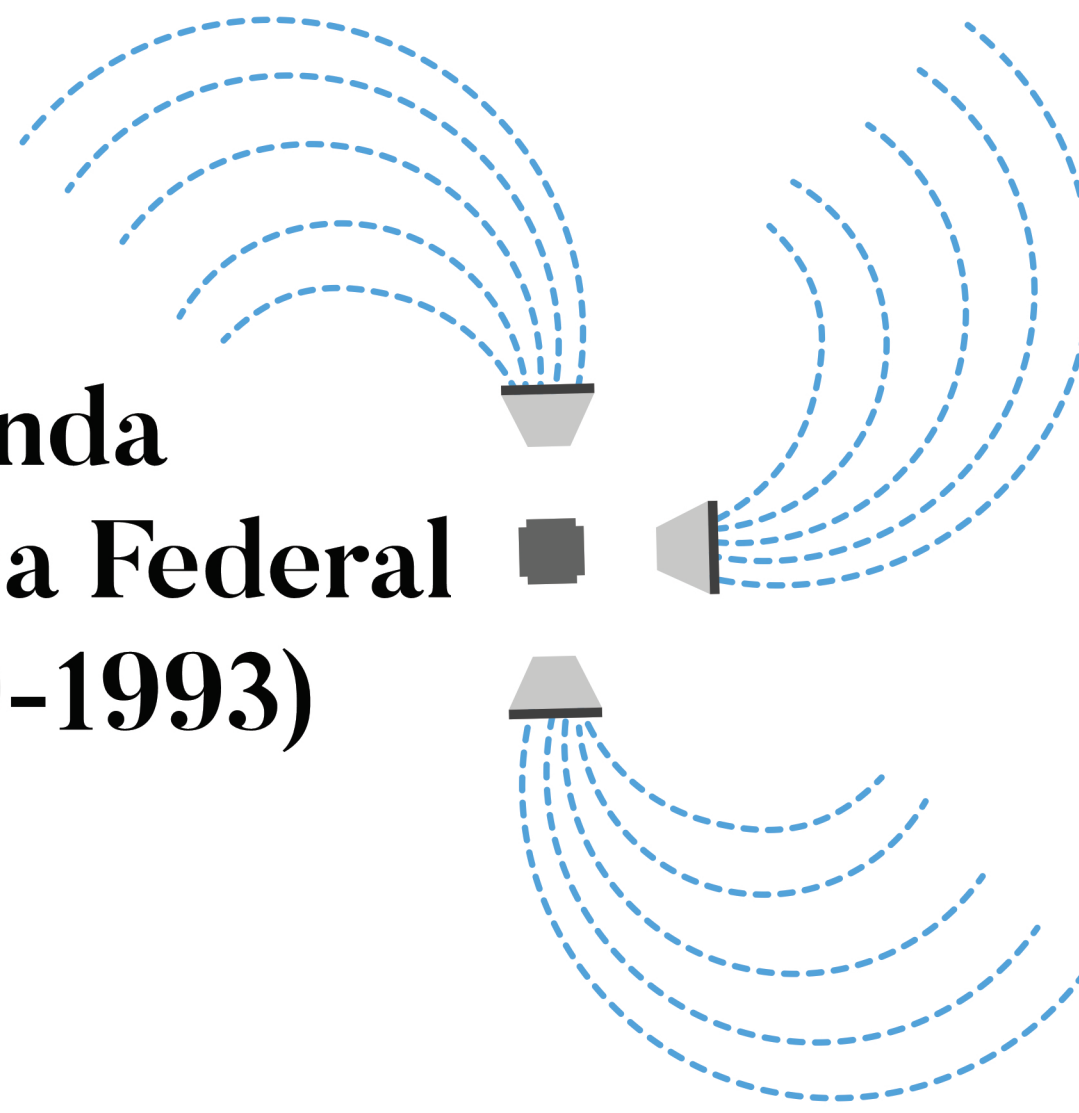
Produto educacional proveniente da Dissertação - Cultura e práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus -AM (1979-1993) (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2021.  
ISBN 978-65-88247-33-4

1. Educação profissional e tecnológica. 2. História da educação profissional. 3. Ensino agrícola. I. Souza, Ana Cláudia Ribeiro de II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

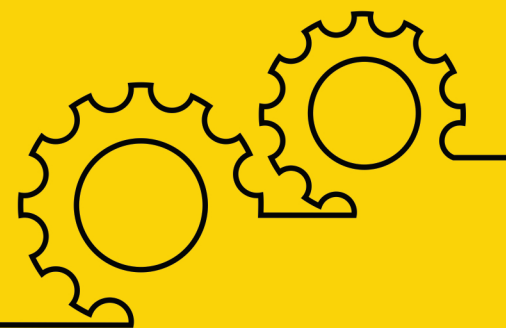
CDD 378.013

# O

## Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-am (1979-1993)



# SUMÁRIO



6

APRESENTAÇÃO

31

3. O SISTEMA ESCOLA-FAZEN-  
DA E SEU FUNCIONAMENTO  
NA ESCOLA AGROTÉCNICA  
FEDERAL DE MANAUS  
(1979-1993)

11

1. DE PATRONATO AGRÍCOLA  
À ESCOLA AGROTÉCNICA  
FEDERAL DE MANAUS

41

CONSIDERAÇÕES FINAIS

18

2. ZONA LESTE DA CIDADE  
DE MANAUS AO LONGO DO  
SÉCULO XX

43

REFERÊNCIAS

• • • •

•  
•  
•  
•



# APRESENTAÇÃO

O Sistema Escola-Fazenda foi um modelo de funcionamento implantado nas Escolas Agrotécnicas Federais durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Tal sistema tinha como princípio filosófico o lema “aprender a fazer e fazer para aprender” e o objetivo de proporcionar condições para a efetividade do processo ensino/produção, assim como propiciar a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural, fazendo do

trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem, visando conciliar educação-trabalho e produção.

Este sistema passou por algumas alterações nos seus eixos estruturantes ao longo de sua implantação e expansão na rede federal de ensino agrícola de modo que nos anos 1980 ele possuía as Salas de Aula, as Unidades Educativas de Produção (UEP's), e a Cooperativa-Escola, como elementos centrais.

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM fazia parte da rede federal das Escolas Agrotécnicas e ela existiu de 1979 à 2008. Inicialmente esta Escola ofertava o curso de Técnico em Agropecuária, mas, com as reformas da educação profissional, que se processaram na segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000, ela passou a ofertar outros cursos técnicos como apontam Lima (2008) e Alves (2009).

Inicialmente a Escola Agrotécnica Federal de Manaus situava-se no km 08 da estrada do Aleixo, em uma área rural da zona leste da cidade de Manaus-AM. Ela continuou neste local, porém, o seu entorno foi se urbanizando e a estrada do Aleixo mudou de denominação, passando assim a se localizar na Avenida Cosme Ferreira, no bairro São José Operário.

Nosso objetivo neste trabalho é descrever a cultura escolar desta renomada instituição no período de 1979 a 1993. Para tanto, inicialmente, discorre-se sobre a trajetória histórica dela desde quando foi criado o Patronato Agrícola Rio Branco. Em seguida, é oferecido um “mapeamento” da zona leste da cidade de Manaus ao longo do século XX. Por fim, apresenta-se o Sistema Escola-

Fazenda e o funcionamento dele nos espaços escolares da Escola Agrotécnica Federal de Manaus no contexto de 1979 a 1993.

Entendemos cultura escolar, consoante o texto de Antonio Viñao Frago (1995), como um conjunto de aspectos institucionalizados que inclui toda a vida escolar, ou seja, fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer. Entretanto, há alguns elementos neste conjunto que moldam e definem a mente e as ações humanas, como o espaço e o tempo escolar.

A abordagem qualitativa apresentou-se como mais adequada na análise do objeto estudado, pois, nesta abordagem segundo Maria Cecília Minayo (2009, p. 21), possibilita ao pesquisador trabalhar com o universo dos “significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes.”

O procedimento metodológico da pesquisa seguiu as recomendações do historiador espanhol Julio Aróstegui (2006), o qual salienta que o procedimento pelo qual o historiador aborda o problema de construir uma representação do histórico e de explicar por que os fatos são como são obedece a mesma lógica que qualquer outro método científico social.

Quanto aos meios, a investigação foi feita através da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica, conforme Lakatos e Marconi (2003, p.183), “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito, sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando à conclusão inovadora”.

Já a escolha por uma pesquisa documental nos possibilita complementar informações sobre a história da instituição escolar pesquisada. Além disso, como afirmam Lüdke e André (2020, p.

45), “os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas as evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador”.

A pesquisa bibliográfica deu-se através da consulta nos Bancos de Teses e Dissertações, de revistas especializadas, e livros que versavam sobre a temática. Quanto às fontes documentais, buscamos informações no Portal da Câmara dos Deputados, no Diário Oficial da União, na Biblioteca do Centro Cultural dos Povos da Amazônia e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Vale salientar que ao longo deste trabalho utilizamos um jornal como fonte de informação sobre a Zona Leste da cidade de Manaus e que este jornal mudou sua denominação ao longo do tempo, assim, horas denominava-se Jornal do Commercio e horas Jornal do Comércio. Desse modo, mantivemos a ortografia do jornal de cada período.

Quanto à pesquisa de campo, ela se deu através de uma entrevista com um roteiro semiestruturado com um professor que trabalhou na escola no período pesquisado. A entrevista, como afirmam Lüdke e André (2020), é uma poderosa técnica de trabalho de enorme utilidade para a pesquisa em educação.

A técnica utilizada na análise dos dados da pesquisa foi a Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin (2016) e seguimos as três importantes fases recomendadas pela autora, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento do resultado obtido. Do qual surgiram 11 categorias e duas serão apresentadas neste *e-book*.

Desse modo, espera-se que este *e-book* contribua na interlocução dos professores, estudantes ou pesquisadores do ensino agrícola no Brasil.

Vale destacar, ainda, que este *e-book* é o produto educacional fruto da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (CMC/IFAM), a qual resultou na dissertação de mestrado intitulada “Cultura e práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM (1979-1993)”.

# 1

**De Patronato  
Agrícola à Escola  
Agrotécnica  
Federal de Manaus**

A trajetória histórica da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1979-2008) nos encaminha para a segunda década do século XX, quando foi criado o Patronato Agrícola Rio Branco no então Território do Acre, atual estado do Acre, por intermédio do Decreto nº 16.082, de 26 de junho de 1923 (IFAM, 2019).

O Patronato Agrícola Rio Branco fazia parte de uma Rede Federal de Patronatos Agrícolas que foram criados a partir de 1918 com o objetivo de propiciar educação moral, cívica, física e profissional dos menores desvalidos que fossem postos à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio pelas autoridades judiciárias ou policiais, e pelas famílias ou responsáveis dos menores (BRASIL, 1919).

De acordo com Souza (2011), no período de 1918 ao final dos anos de 1920 houve uma expansão dos Patronatos Agrícolas para as regiões Norte e Nordeste do Brasil, sendo registrado nesse contexto um total de 23 instituições dessa natureza, distribuídos em diversos Estados brasileiros.

Os Patronatos Agrícolas ofertavam ensino primário e profissional agrícola para alunos reconhecidamente desvalidos, com idade de 10 a 16 anos, que não fossem delinquentes ou sofressem doenças contagiosas, lesões ou deficiências orgânicas, que inabilitassem para os serviços agropecuárias.

À época também existiam os Aprendizados Agrícolas Federais que ofertavam educação primária e profissional agrícola. Eles foram criados e instalados a partir de 1910 em diferentes regiões do Brasil, sendo destinados de preferência aos filhos dos trabalhadores rurais em busca de instrução em diferentes serviços agropecuários com as modernas práticas agronômicas da época (BRASIL, 1910).

Para o ingresso na instituição, o estudante deveria ter no mínimo catorze anos de idade e no máximo dezoito, além de boa conduta e constituição física que o tornasse apto aos serviços do campo (BRASIL, 1910). Além disso, o regulamento de 1910 previa que essas instituições escolares mantivessem cursos práticos de curta duração para adultos e, dependendo da posição do diretor da instituição, a possibilidade de ensino primário noturno para adultos.

Estudos sobre Patronatos Agrícolas: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/559>  
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8080>



O Patronato Agrícola Rio Branco foi transformado em Aprendizado Agrícola. Posteriormente, foi transferido através do Decreto-Lei nº 2.255, de maio de 1940, para o Estado do Amazonas, sendo instalado no dia 19 de abril de 1941 na propriedade denominada Paredão (IFAM, 2019).

A propriedade do Paredão, segundo Souza-Araujo (1933), ficava localizada em um ponto elevado, salubre e de bela vista, e a forma de acesso para quem quisesse ir da cidade de Manaus para este local dava-se pelo Rio Negro e durava 45 minutos de lancha ou por via terrestre com a duração de 20 minutos de automóvel. Nos dias de hoje, o espaço denominado Paredão é a atual Estação Naval do Rio Negro (IFAM, 2019).

Figura 1: Imagens das instalações na propriedade do Paredão (1933).



Fonte: Souza-Araujo (1933, p.191).

Estudo sobre Aprendizados Agrícolas: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11910>



Antes da instalação do Aprendizado Agrícola Rio Branco, na propriedade do Paredão funcionava o Aprendizado Agrícola do Paredão criado na gestão do Interventor Federal Capitão Nelson de Mello (1933-1934), que aproveitou as instalações do casario construído para abrigar hansenianos, mas que não chegou a funcionar com essa finalidade. (MELLO, 1935).

Alguns anos depois da instalação do Aprendizado Agrícola Rio Branco na propriedade do Paredão, ele passou a ser denominado de Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas por meio do Decreto-lei nº 9.758, de 5 de setembro de 1946 (ALBUQUERQUE, 1984). Tal mudança de denominação está em consonância com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola instituída pelo Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola estabeleceu que existiriam a partir de então três tipos de estabelecimentos de ensino agrícola, a saber: a) Escolas de Iniciação Agrícola, b) Escolas Agrícolas, e c) Escolas Agrotécnicas. As escolas de iniciação agrícola eram destinadas a ministrar o curso de iniciação agrícola; as escolas agrícolas, por sua vez, destinavam-se a ministrar o curso de mestría agrícola e o curso de iniciação agrícola; e nas escolas agrotécnicas ministrava-se os cursos agrícolas técnicos, cursos agrícolas pedagógicos, cursos de mestría agrícola e o curso de iniciação agrícola (BRASIL, 1946).

Com a duração de dois anos, o curso de iniciação agrícola tinha por finalidade a preparação necessária à execução do trabalho de operário agrícola qualificado. Para admissão nas escolas de iniciação agrícola, o aluno deveria ter doze anos completos; ter recebido educação primária; ser aprovado no exame vestibular; possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares; além de apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado no momento da matrícula (BRASIL, 1946).

Com o Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, a Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas passou a ser denominada Ginásio Agrícola do Amazonas, tendo em vista o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (ALBUQUERQUE, 1984).

A LDB nº 4.024/61 estabeleceu que o ensino médio da educação brasileira, o qual abrangia os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário, seria ministrado em dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, de três anos no mínimo (BRASIL, 1961). Diante disso, os níveis e modalidades do ensino agrícola previsto na Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946) foram reorganizados, passando então a ofertar cursos Ginásiais Agrícolas de quatro anos e Colegial Agrícola de três anos (OLIVEIRA, 2007).

Com o Decreto nº 53.558/64, as Escolas de Iniciação Agrícola e as Escolas Agrícolas passaram a denominar-se Ginásios Agrícolas; e as Escolas Agrotécnicas, de Colégios Agrícolas. Os Ginásios Agrícolas ficaram encarregados do ensino agrícola nas quatro séries do ciclo ginásial e conferiam ao estudante no final do curso o título de Mestre Agrícola. Os Colégios Agrícolas, por sua vez, ficaram incumbidos do ensino nas três séries do ciclo colegial e expediam aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura (ISSA, 2018).

No ano de 1972, o Ginásio Agrícola do Amazonas foi elevado à categoria de Colégio Agrícola do Amazonas através do Decreto nº 70.513, de 12 de maio (SOUZA, 2011). Naquele mesmo ano foi transferido, das margens do Rio Negro, onde funcionava desde 1941, para as instalações localizadas na estrada do Aleixo, Km 8, zona leste da cidade de Manaus.

O Colégio Agrícola do Amazonas, assim denominado desde 1972, passou a ser denominado de Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM em 1979, devido o Decreto-Lei nº 83.935, de 4 de setembro, o qual estabelecia que as instituições de ensino subordinadas à Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI) teriam que ter a denominação uniforme de “Escola Agrotécnica Federal”, seguida do nome da cidade em que se localizava o estabelecimento.

No contexto de 1979 a 1993 a Escola Agrotécnica Federal de Manaus ofertava o curso Técnico em Agropecuária, o qual será discutido no capítulo 3 deste produto educacional. Naquele período esta instituição ofertava vagas para o regime de internato e semi-internato e a forma de ingresso do estudante se dava por meio do exame de vestibular (COAGRI, s/d).

Em 1993, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus transformou-se em autarquia educacional de regime especial, pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro (IFAM, 2019), a qual dava autonomia como entes autárquicos a essa Instituição, além de autonomia didática e disciplinar.

Pode-se dizer que a Lei nº 8.731/93 inaugurou uma nova fase na gestão da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, que antes pertencia à administração direta e passou à condição de instituição vinculada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) do Ministério da Educação, com direitos explicitados na referida Lei.



A partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve grandes mudanças na política educacional do ensino agrícola, e isto desdobrou-se na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, como relata um professor que lecionou na escola e que nos concedeu uma entrevista para confecção da dissertação.

No final do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008), em face da Lei nº 11. 892, de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM tornou-se campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas (IFAM) e passou a denominar-se IFAM, Campus Manaus Zona Leste (IFAM, 2019).

Figura 2 – Vista da Entrada do Campus Manaus Zona Leste (2021).



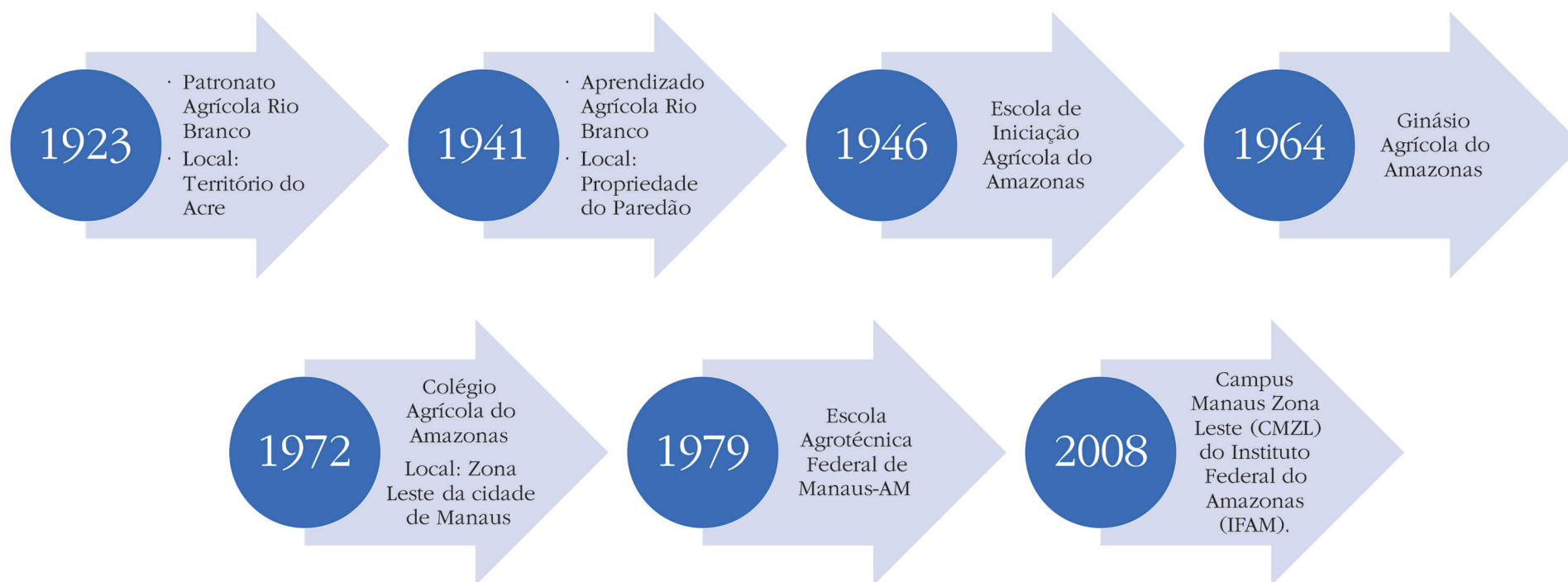
Fonte: Autoria própria, 2021.

Estudos sobre a Escola Agrotécnica Federal de Manaus no período pós 1993: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp061964.pdf>  
<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2417>



Podemos afirmar que um ciclo se encerrou mediante a Lei nº 11. 892/08, pois diferente da mudança institucional pela legislação, na qual foi mantida a unicidade da instituição, a partir de 2009, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM deixou de existir enquanto instituição autônoma e passou a ser um campus, juntamente com outros quatro, Campus Manaus Centro, Campus Manaus Distrito Industrial, Campus Coari e Campus São Gabriel da Cachoeira, de uma então nascente instituição: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Figura 3 - Linha do tempo da história da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.



Fonte: Autoria própria, 2021.

# 2

## **Zona Leste da Cidade de Manaus ao Longo do Século XX**

Como dito no capítulo anterior, o Colégio Agrícola do Amazonas foi instalado na estrada do Aleixo, km 08, zona leste da cidade de Manaus, em 1972. Além do Colégio Agrícola do Amazonas, a estrada do Aleixo serviu de acesso tanto para as plantações de castanheiras e seringueiras da Companhia Brasileira de Plantações S/A como à Colônia Antônio Aleixo.

A Colônia Antônio Aleixo tem suas origens nos anos da Era Vargas (1930-1945), quando então foram construídos dezesseis pavilhões para abrigar os nordestinos para reativar os seringais da Amazônia. Naquele local os nordestinos ficavam alojados enquanto aguardavam para serem transferidos até os seringais no interior do Estado do Amazonas. No entanto, após a partida dos nordestinos, o local ficou abandonado até ser ocupado novamente, dessa vez, por portadores de hanseníase (JORNAL DO COMMERCIO, 2006).

De acordo com a edição comemorativa do Jornal do Commercio em homenagem ao 337º aniversário da cidade de Manaus, publicada nos dias 23 e 24 de outubro de 2006, o Doutor Menandro Tapajós, em uma viagem ao Estado de Minas Gerais no início da década de 1940, convidou o médico mineiro Antônio Aleixo para iniciar um trabalho pioneiro em um leprosário que funcionava nos pavilhões abandonados pelos nordestinos, local que, mais tarde, ganhou o nome de Colônia Antônio Aleixo.

A Colônia Antônio Aleixo abrigou durante três décadas estritamente os portadores de hanseníase. Entretanto, durante a gestão do prefeito Jorge Teixeira de Oliveira (1975-1979), ela foi declarada aberta, permitindo o livre fluxo dos pacientes ao centro urbano, assim como a instalação dos familiares dos mesmos naquele local (JORNAL DO COMMERCIO, 2006).

A Companhia Brasileira de Plantações S/A, por sua vez, pertencia a diversos acionistas, como o Sr. Cosme Ferreira Filho, político e integrante da Associação Comercial do Amazonas. Ela fazia plantio de seringueiras, castanheiras, timbozeiros, entre outros, em sua propriedade na estrada do Aleixo (JORNAL DO COMMERCIO, 1939).

Além disso, a Companhia Brasileira de Plantações ao longo de sua trajetória desenvolveu outras atividades naquela região, como a venda de terras para formar nos arredores de Manaus um grupo com dezenas de granjas visando o abastecimento alimentar dessa cidade (JORNAL DO COMÉRCIO, 1967).

A Companhia Brasileira de Plantações também criou um ponto turístico chamado de “Turislandia”, localizado no Km 15 da estrada do Aleixo, com piscina, estradas, cabanas e parques recreativos, visando transformá-la em uma fonte de renda para a Companhia (JORNAL DO COMÉRCIO, 1970a).

Alguns detalhes desse lugar são descritos pelo Sr. Ildefonso Pinheiro em um artigo intitulado “A encantadora Turislandia”, publicado no Jornal do Comércio em 1970b.

O local está provido de água encanada, uma bela piscina com água tratada onde os adultos e crianças se deleitam com a frescura de sua água. Podemos ainda sentir a limpeza do parque pelos arados e ver cabanas exóticas, de palha, que dão abrigo aos passeantes que ali vão gozar os delírios do local. (PINHEIRO, 1970, p. 6).

A Turislandia não seria destino apenas dos turistas, mas também ao “povo” amazonense, que ao pagar uma taxa, poderia passar “momentos agradáveis em companhia de sua família e fora do bulício da cidade, não somente aos domingos e feriados como nos dias de semana” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1969, Edição 20176 B, p. 3).

Contudo, a estrada do Aleixo não era lugar apenas dos homens de negócios, também viviam lá as pessoas com outras atividades de trabalho, como é o caso do Sr. José Aparício de Carvalho, português, lenhador, que trabalhava e residia com sua família há muitos anos no Km 9 daquela estrada (JORNAL DO COMMERCIO, 1938), e do Sr. Joaquim Senna, cearense, que residia em companhia de sua família no Km 7 (JORNAL DO COMMERCIO, 1940).

Aliás, pelo menos na década de 1960, a “precariedade” da estrada do Aleixo era alvo de constantes críticas tanto da Companhia Brasileira de Plantações como dos moradores e visitantes daquela região. É o caso de uma senhora que tinha parentes internados na Colônia Antônio Aleixo e solicitava providências do Governador do Estado para melhorar a estrada, pois estava intransitável e os internos da colônia ficavam privados de receber visitas. Além disso, segundo ela, a lancha que fazia viagens para aquele lugar não estava mais fazendo, e o resultado de tudo isso era a imensa dificuldade de acesso tanto para os visitantes como para os funcionários que trabalhavam lá (JORNAL DO COMÉRCIO, 1962).

Na época também foram registradas reclamações dos moradores da estrada do Aleixo que solicitaram ao diretor do Departamento de Estrada de Rodagem o melhoramento de alguns trechos da estrada que ficaram intransitáveis devido às chuvas e também aos serviços inacabados feitos naquela via (JORNAL DO COMÉRCIO, 1960).

A Companhia Brasileira de Plantações, por sua vez, através de um anúncio da Turislandia manifestou-se da seguinte maneira: “Agora que o período invernosso cessou, vale a pena enfrentar a conhecida precariedade da estrada do Aleixo, para fruir o encanto de uma manhã de sol na TURISLANDIA [...]” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1970c, Edição 20407, p. 5.).

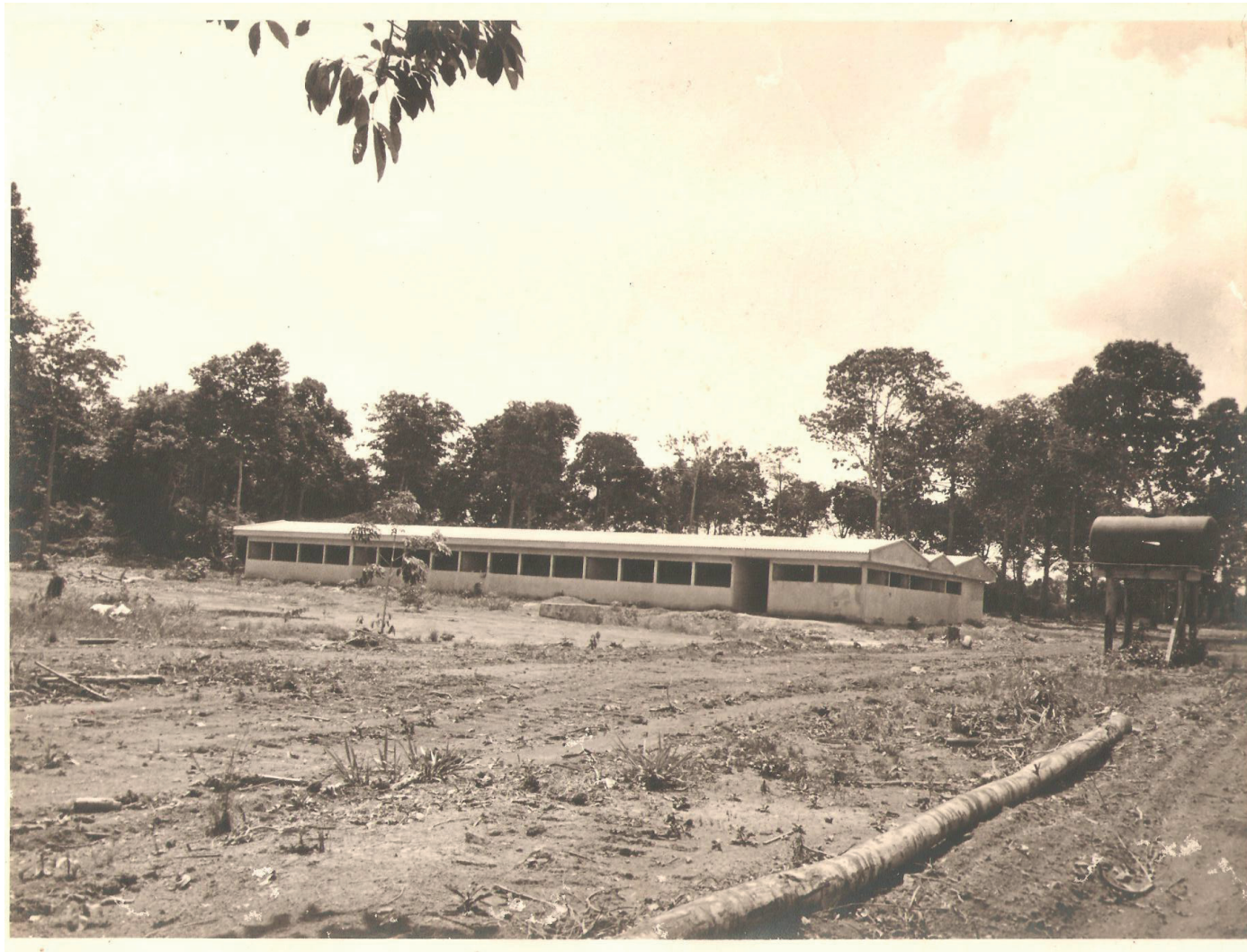
Conforme já declarado, o Colégio Agrícola do Amazonas se instalou na estrada do Aleixo em 1972. A área e as primeiras instalações naquele local começaram a ser projetadas e construídas ainda quando a instituição existia como Ginásio Agrícola do Amazonas.

De acordo com a Ata da Assembleia Extraordinária da Companhia Brasileira de Plantações realizada no dia 1 de abril de 1966, a área para a nova instalação do Ginásio Agrícola do Amazonas possuía 200 hectares até abril daquele ano, sendo que naquela Assembleia foi decidida a doação pela Companhia Brasileira de Plantações de mais 50 hectares para completar aquela gleba (JORNAL DO COMÉRCIO, 1966a).

Segundo reportagem do Jornal do Comércio publicada no dia 21 de dezembro de 1966, a empresa H. Fialho venceu a licitação para a construção do Colégio Agrícola do Amazonas e a obra esteve estimada em 978 milhões de cruzeiros (JORNAL DO COMÉRCIO, 1966b).

Conforme outra reportagem do Jornal do Comércio, desta vez do dia 9 de maio de 1970, a construção iniciou, mas foi paralisada em 1968, e, para providenciar a retomada das obras veio à Manaus o Diretor de Obras do Ministério da Educação e Cultura, o qual fez a previsão que a construção do Colégio Agrícola estaria pronta em 1971 (ver figura 4), com dois pavilhões e com capacidade para atender até 360 alunos (JORNAL DO COMÉRCIO, 1970d).

Figura 04 - Construção do Colégio Agrícola do Amazonas (1970).



Fonte: Acervo do Campus Manaus Zona Leste (IFAM, 2019).

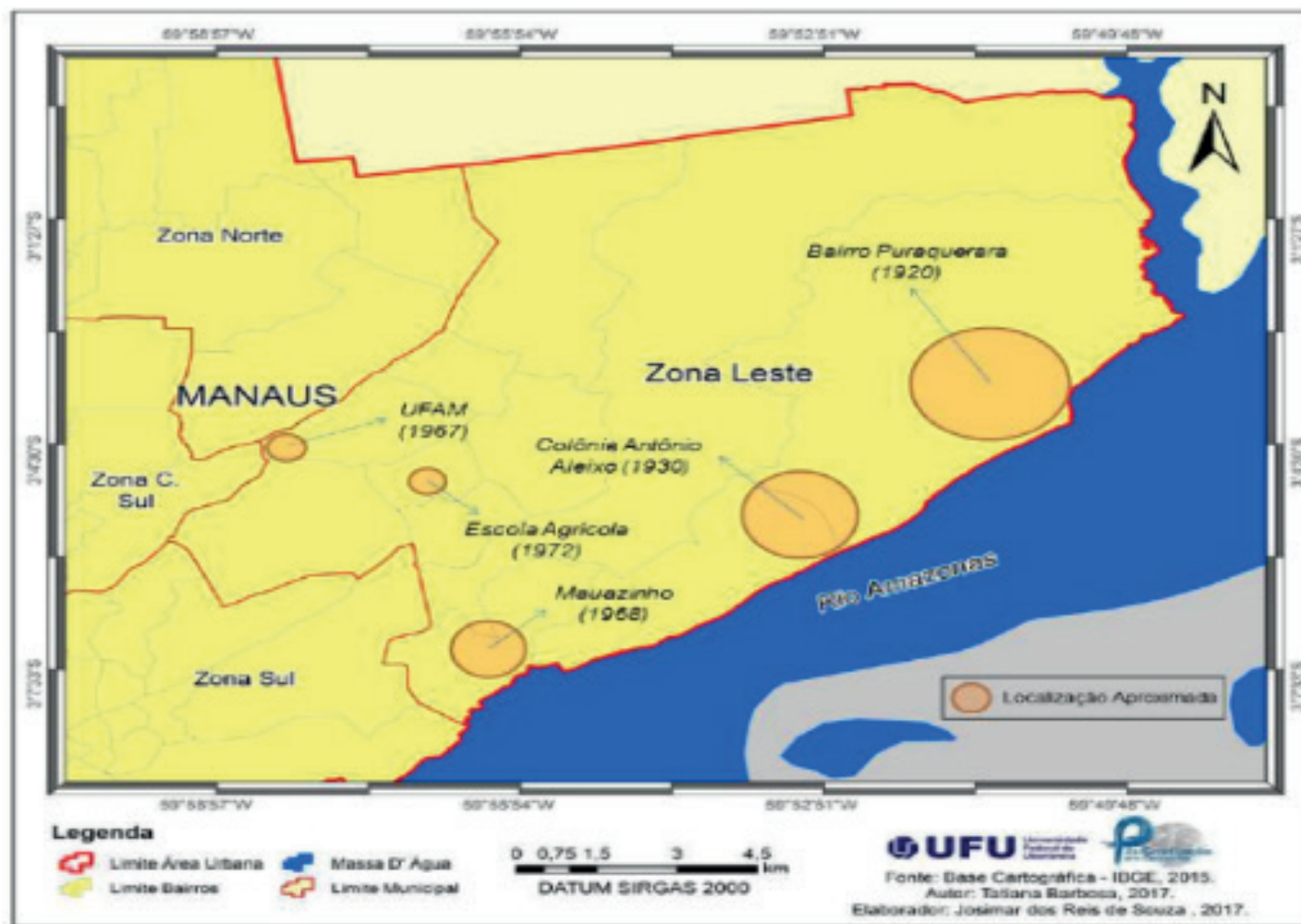
Depois de mais de um ano da publicação de 1970, uma outra reportagem do Jornal do Comércio dizia que estavam para ser concluídos os três primeiros prédios do Colégio Agrícola, com recursos oriundos do Ministério da Educação e Cultura e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e representava um investimento de seis bilhões de cruzeiros antigos. Dessa vez, a capacidade do Colégio seria de 500 alunos, incluindo-se 350 vagas para o internato, a serem ocupadas por candidatos do interior do Estado (JORNAL DO COMÉRCIO, 1971).

Até julho de 1972, o então Colégio Agrícola do Amazonas ainda estava funcionando no Paredão, pois, “os prédios do novo endereço ainda estavam na fase final de conclusão” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1972). Conforme uma nota publicada no Jornal do Comércio da Diretoria do Colégio Agrícola do Amazonas direcionada aos alunos da capital e do interior do estado, as aulas do ano letivo de 1973 só iniciariam em 16 de abril daquele ano devido ao atraso das obras (JORNAL DO COMÉRCIO, 1973).

Em sua tese de Doutorado, Tatiana Barbosa (2017) enfatiza que o Colégio Agrícola do Amazonas foi inserido em áreas de castanheiras com infraestrutura necessária ao seu funcionamento, sem vizinhança, e a forma de acesso ocorria por meio de estrada não asfaltada.

Além do Colégio Agrícola do Amazonas e da Colônia Antônio Aleixo, existia na zona leste da cidade de Manaus outras localidades de referência: a Vila do Puraquequara, cuja origem remonta aos anos de 1920; a área de seringal localizado nas proximidades do rio Mauá, que, posteriormente, se transformará no bairro Mauzinho (1968); e, a Fundação Universidade do Amazonas, hoje denominada de Universidade Federal do Amazonas (1968) (BARBOSA, 2017) (ver figura 5).

Figura 5: Mapa - localização aproximada das áreas e instituições produzidas na Zona Leste da cidade de Manaus-AM até 1972.



Fonte: IBGE (2015) organizado por Barbosa (2017, p. 108).

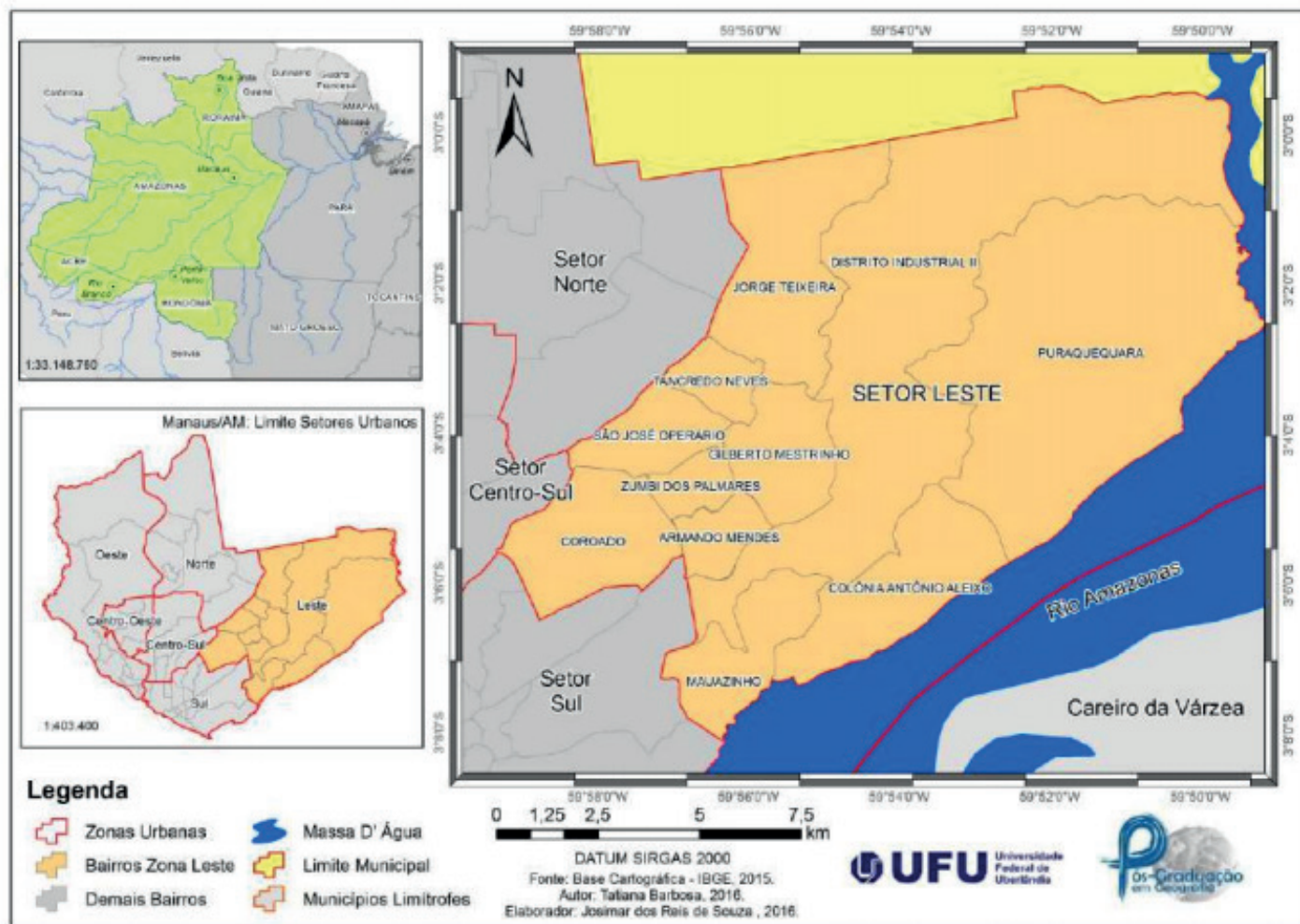
A ocupação do Puraquequara desenvolveu-se ao redor do lago que tem a mesma denominação em referência à existência do peixe poraquê (BARBOSA, 2017). Segundo Barbosa (2017), as primeiras habitações do lugar foram ocupadas a partir de 1920 por pessoas advindas de comunidades próximas da região e por seringueiros vindos das calhas dos rios Madeira, Purus e Juruá.

A área do Puraquequara não era acessível para os manauaras por estradas, apenas pelo rio. Entretanto, a partir da década de 1990 a ligação da cidade de Manaus com a comunidade do Puraquequara deixou de ser apenas pelo rio e passou a ser também pela estrada que veio a ser asfaltada em 1996 (BARBOSA, 2017).

Barbosa (2017) também destaca que, em 1968, o seringal das proximidades do Distrito Industrial, onde nos dias atuais é o bairro Mauzinho, passou a ser ocupado por 30 famílias advindas de outros municípios e bairros vizinhos. Segundo a autora, a partir daquele ano a Fundação Universidade do Amazonas começou a planejar suas obras após a doação de terras por parte do Governo do Estado para a construção da instituição de Ensino Superior.

Conforme demonstrado na figura 6, a área da zona leste foi sendo ocupada pelos habitantes da cidade de Manaus com mais intensidade a partir da década de 1970. Primeiro com o Bairro Coroado (1971), depois com o São José Operário (1979); Zumbi dos Palmares (1986); Armando Mendes (1987); Tancredo Neves (1987); Jorge Teixeira (1989); Distrito Industrial II (1994); e Gilberto Mestrinho (1995) (BARBOSA, 2017).

Figura 6: Mapa - Bairros da zona leste da cidade de Manaus-AM (2017).



Fonte: IBGE (2015) organizado por Barbosa (2017, p. 106).

Vale destacar que um dos aspectos que levaram ao intenso processo de ocupação da zona leste de Manaus está relacionada à criação da Zona Franca de Manaus e à implantação do Distrito Industrial na cidade de Manaus, processos que provocaram uma intensa concentração urbana na região, como afirmam Albuquerque (1984) e Barbosa (2017).

De acordo com Barbosa (2017) a ocupação do bairro que veio a se chamar Coroado iniciou-se em 1971 em áreas pertencentes à Universidade do Amazonas. O bairro recebeu o nome de Coroado inspirado pela novela da Rede Globo de grande sucesso na época intitulada “Irmãos Coragem”, que possuía em seu enredo a fictícia cidade do Coroado. De acordo com a pesquisadora:

A área ocupada é de 1.142.21 hectares, contava com habitações de palhas e madeira, erguidas em terrenos divididos, em lotes de 10 por 20 e 30 metros próximo ao então quilômetro 04 da estrada do Aleixo e surgiu no contexto em que a Zona Franca, propiciou a centralização das atividades econômicas do estado do Amazonas na capital proporcionando a possibilidade, para alguns de prosperidade econômica na região, bem como, a ampliação da malha urbana da cidade de Manaus que passava a receber habitantes do interior do Amazonas, do estado do Pará, Maranhão e outras regiões que ao migrarem carregavam consigo expectativas em também prosperarem. (BARBOSA, 2017, p. 68).

A ocupação do bairro Coroado foi marcada pela luta e resistência dos ocupantes frente às forças policiais enviadas ao local para retirá-los em cumprimento aos mandados de reintegração de posse em benefício da Universidade do Amazonas (JORNAL DO COMMERCIO, 2006). Diante das disputas entre ocupantes e agentes do Estado, segundo o Jornal do Comercio (2006), o então governador da época, João Walter de Andrade, negociou com a Universidade o direito de os ocupantes permanecerem no terreno.

No final da década de 1970, a zona leste da cidade de Manaus recebeu intervenção estatal ao produzir o loteamento do São José Operário que abrigou moradores advindos do interior do estado e também aqueles que não se fixaram na ocupação do Coroado (BARBOSA, 2017).

Conforme a já mencionada edição comemorativa do Jornal do Commercio de 2006, a primeira etapa do bairro São José Operário foi concluída em 1981, com cerca de 40 mil pessoas instaladas em lotes com o mínimo de infraestrutura. No entanto, segundo o jornal, o projeto de urbanização não foi capaz de frear as ocupações em áreas próximas ao novo bairro, dando assim origem a novas etapas do bairro São José Operário (JORNAL DO COMMERCIO, 2006).

O Jornal do Commercio (2006) também destaca que a ocupação da área onde está situado o bairro São José Operário foi marcada por lutas pela posse das terras e envolveram moradores, grileiros, partidos políticos e o poder público, já que havia controvérsias sobre a titularidade dos terrenos.

Barbosa (2017) aponta a Irmã Helena Augusta Walcott como uma das protagonistas junto aos pobres frente à luta pela casa própria nos espaços urbanos de Manaus. Segundo essa pesquisadora, a Irmã Helena era querida pelos pobres e “desprezível para os latifundiários, mercado imobiliário, e por todos que não simpatizavam com os métodos utilizados por ela (ocupar terras não ocupadas e resistir às tentativas de desocupação)” (BARBOSA, 2017, p. 114). Mesmo recebendo pressão dos agentes do grande capital, Irmã Helena não recuou com seus ideais.

No ano de 1986, sob a liderança da Irmã Helena, cerca de 300 famílias que haviam sido expulsas da comunidade São Sebastião, bairro do Aleixo, ocuparam uma área pertencente à Congregação Salesiana localizada próximo ao Bairro São José Operário (JORNAL DO COMMERCIO, 2006), dando início ao bairro Zumbi dos Palmares. O nome do bairro é em alusão a um dos principais representantes da resistência negra no Brasil Colônia.

O bairro Armando Mendes, por sua vez, foi criado em 1987 em terras cuja titularidade era questionada por posseiros. A ocupação destas terras foi intensamente conflituosa exigindo intervenção estatal imediata para solucionar os conflitos (BARBOSA, 2017).

O jornal do Commercio (2006) relata que a luta dos moradores da área que se transformou no bairro Armando Mendes iniciou bem antes de sua fundação:

Ainda no dia 5 de fevereiro de 1987, quando “jagunços” a mando de Paulo Farias [grileiro] agridem a irmã Helena Augusta Walcott, no momento em que as áreas em torno do conjunto Armando Mendes estavam sendo invadidas, em ações

coordenadas pela Igreja Católica, através da religiosa salesiana, e partidos políticos ligados às causas populares. O conflito se agravou ainda mais depois do episódio ocorrido na estrada que ligava ao depósito de lixo do Bairro São José Operário, atualmente avenida Autaz Mirim, antiga Grande Circular, no acesso à gleba Caracol, uma área de conflito entre posseiros e grileiros.

Neste dia, o adolescente Altenor Cavalcante Araújo, de 14 anos, foi morto por tiros disparados pelos “jagunços” de Paulo Farias, que, a todo custo, queria expulsar antigos moradores que estavam no local há décadas, e impedir a invasão por populares, vindos de diversos bairros de Manaus.

O menor foi assassinado quando integrava um grupo, liderado pela Irmã Helena, cujo objetivo era fazer um mutirão para reconstruir a casa de dona Otaviana, “moradora do local há mais de trinta anos”, que fora destruída por homens ligados ao grileiro Paulo Farias, num método corriqueiro, à época, de intimidação para expulsar os posseiros das terras. Este conflito deixou feridos mais quatro pessoas, inclusive a irmã Helena, que teve de se jogar em um barranco para escapar das balas disparadas contra ela. (JORNAL COMMERCIO, 2006, s/p.).

A intervenção do Estado se deu através da construção de um conjunto residencial para abrigar moradores de outros bairros de Manaus, principalmente aqueles que moravam às margens dos igarapés, e de habitantes dos municípios do interior do Estado. Concomitante à construção das primeiras casas, o entorno do conjunto foi ocupado pelos moradores que não haviam sido contemplados pelas ações estatais (JORNAL DO COMMERCIO, 2006).

Já o bairro Tancredo Neves teve início no ano de 1987 via ocupação irregular de terras por pessoas provenientes não apenas de outros bairros, mas também do interior do estado do Amazonas, de acordo com Barbosa (2017).

O bairro Jorge Teixeira, por sua vez, foi criado no ano de 1989, a partir da distribuição de lotes de terrenos pela prefeitura de Manaus para pessoas de baixa renda, sendo formado por quatro etapas: Jorge Teixeira I, II, III e IV (JORNAL DO COMMERCIO, 2006). Barbosa (2017, p. 135) conta que por ter o Estado à frente, o processo de ocupação do loteamento foi considerado ordenado e pacífico, sendo que as famílias contempladas pela prefeitura “não receberam casas, apenas o terreno, porém, nos anos seguintes o Estado não conseguiu conter a população que foi chegando e passou a ocupar as adjacências do loteamento”.

O Distrito Industrial de Manaus se concretizou com a implantação da Zona Franca de Manaus e foi dividido em duas etapas, os Distritos I e II (JORNAL DO COMMERCIO, 2006). Em suas entranhas surgiu o bairro Distrito Industrial II oficializado em janeiro de 2010, fruto da Comunidade da Sharp (1994) e da comunidade de Santa Maria, cuja origem data do ano de 1998 (BARBOSA, 2017).

Por fim, mas não menos importante, o bairro Gilberto Mestrinho é oriundo de ocupações irregulares marcadas por intensos conflitos que cessaram quando o prefeito Amazonino Mendes concedeu aos moradores a possibilidade de se consolidarem na área ocupada (BARBOSA, 2017), sendo oficializado como bairro no ano de 2010.

No que se refere ao entorno da então Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, a região só passou a ser ocupada no final da década de 1980, “quando a dinâmica da área começa a ser alterada a partir das ocupações espontâneas que se produziram, inclusive, nas terras pertencentes à Escola” (BARBOSA, 2017, p. 113).

Desse modo, apresentamos um “mapeamento” da Zona Leste da cidade de Manaus ao longo do século XX e constatamos que ela passou por um intenso processo de transformação, principalmente a partir da década de 1970. Assim, é possível imaginar a região na qual a Escola Agrotécnica Federal de Manaus estava inserida. Contudo precisamos “entrar” nesta instituição escolar e conhecer o seu funcionamento através do Sistema Escola-Fazenda, assunto do próximo capítulo.

# 3

## **O Sistema Escola-Fazenda e seu Funcionamento na Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1979-1993)**

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM no recorte temporal da nossa pesquisa (1979-1993) tinha como modelo de funcionamento o “Sistema Escola-Fazenda”.

Trata-se de um sistema que tinha como princípio filosófico o lema “aprender a fazer e fazer para aprender” e, como objetivo, proporcionar condições para a efetividade do processo ensino/produção, bem como proporcionar a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural, fazendo do trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem, visando conciliar educação-trabalho e produção (SOBRAL, 2009).

O Sistema Escola-Fazenda foi implantado nos estabelecimentos de ensino agrícola federais durante a ditadura civil-militar instalada no Brasil entre os anos de 1964 a 1985 e foi fruto dos famosos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) através do Ministério da Agricultura (MA), do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

De acordo com Francisco Sobral (2009), o Sistema Escola-Fazenda foi introduzido na rede federal de ensino agrícola em 1966, como resultado firmado entre o MA, a USAID e o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP), através do Projeto CONTAP II – Suporte do Ensino Agrícola de Grau Médio.

Vale salientar que até maio de 1967 o ensino agrícola brasileiro federal estava sob alçada do Ministério da Agricultura e responsabilidade da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SAEV). Contudo, após a reforma administrativa dos ministérios legitimada pelo Decreto-Lei ° 200/1967, o ensino agrícola foi incorporado ao MEC, o qual ficou encarregado de levar adiante a implantação e expansão do Sistema Escola-Fazenda (VIEIRA, 2016).

As “raízes” do Sistema Escola-Fazenda estão nas experiências desenvolvidas no Colégio Agrícola de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, sob a liderança do Engenheiro Agrônomo Shigeo Mizoguchi, quem teria recebido uma visita de especialistas do MA e da USAID que, por sua vez, consideraram o modelo adotado no Colégio Agrícola paulista um projeto piloto para a educação agrícola no Brasil (MIZOGUCHI, 1981).

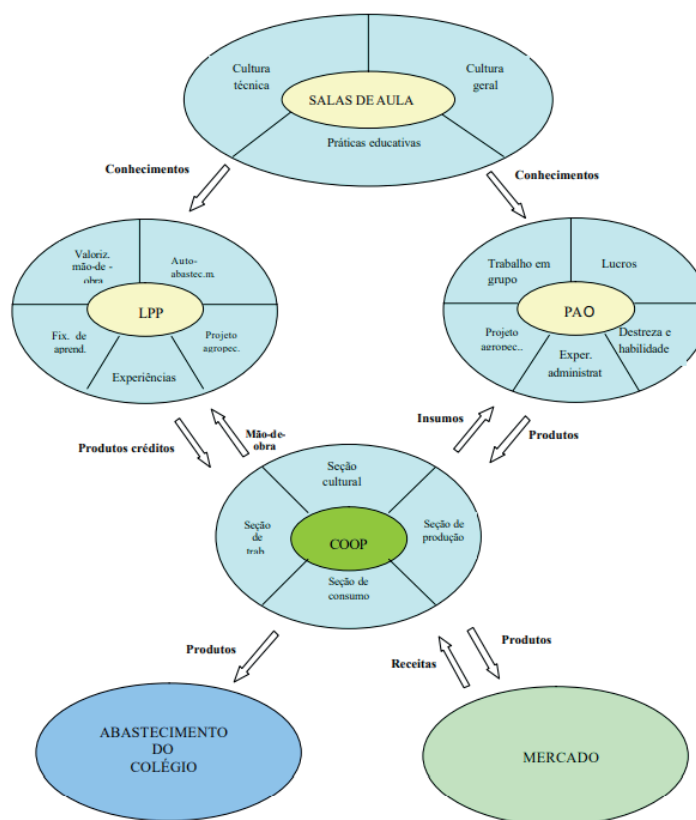
Estudos sobre o Sistema Escola-Fazenda: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/72>

<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp076131.pdf>



O Sistema Escola-Fazenda no início de sua implantação nos estabelecimentos de ensino agrícola possuía quatro componentes distintos, mas que deveriam funcionar integrados e interligados entre si. São eles: sala de aulas, Laboratório de Práticas e Produção (LPP), Programa Agrícola Orientado (PAO) e a Cooperativa escolar agrícola (COOP) (observe a figura 7).

Figura 07: Demonstrativo da interdependência das áreas de atividades do Sistema Escola –Fazenda (1972).



Fonte: CENAFOR, 1973 apud BIULCHI (2005, p.33).

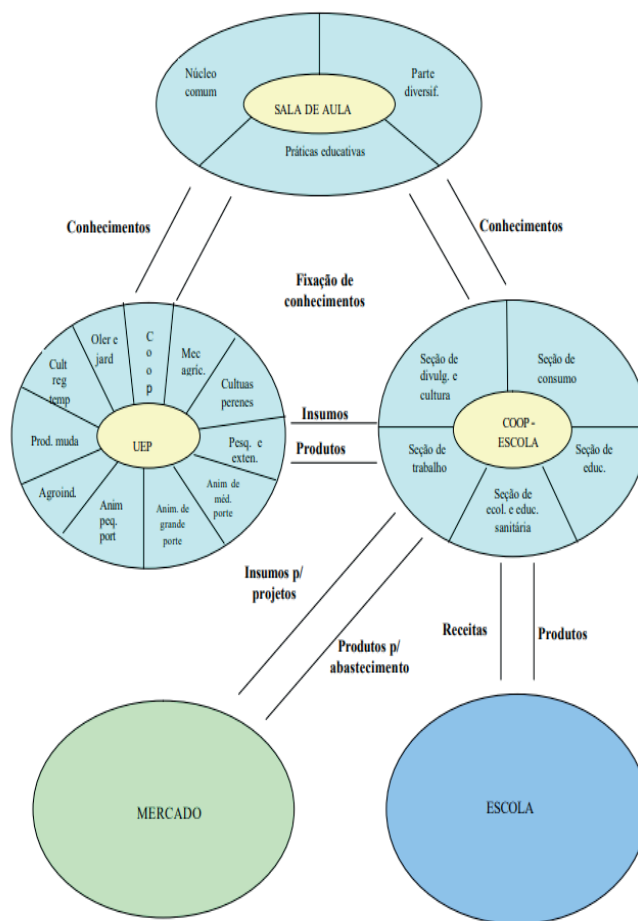
Nas salas de aula deveriam ser realizadas as aulas teóricas/práticas sobre a Cultura Geral e de Cultura Técnica. Já no LPP os professores realizariam suas aulas práticas, com ênfase na valorização da mão de obra; na fixação da aprendizagem; nos projetos agropecuários; o auto abastecimento e as experiências vivenciadas. No Programa Agrícola Orientado desenvolviam-se os projetos coletivos agropecuários, cujo objetivo era criar no aluno o sentimento de trabalho em grupo; a experiência administrativa; a formação de destrezas e habilidades, experiência administrativa, e a obtenção de lucro. Por fim, a COOP objetivava proporcionar uma vivência de cooperação com vistas ao desenvolvimento coletivo.

De acordo com Souza (2011), dentro desta estrutura organizacional todas as atividades originárias da aprendizagem desenvolvida em sala de aula estariam sendo colocadas em prática através dos LPP e PAO, que deveriam por meio da COOP abastecer tanto o colégio quanto o mercado, e que propiciaria ao colégio sustentabilidade do seu próprio consumo e de receita para as atividades nos laboratórios de práticas.

Para Saviani (2008) durante a ditadura civil-militar configurou-se a orientação que ele chama de concepção produtivista de educação. Essa concepção, segundo ele, adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino naquele período na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos” (SAVIANI, 2008, p. 297).

No entanto, o Sistema Escola-Fazenda passou por mudanças em seus elementos componentes quando o ensino agrícola federal passou para a gestão da Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI). Se antes o sistema possuía quatro componentes, sob a administração da COAGRI passou a ter três. Foram eles: Salas de aulas, LPP e a COOP. De acordo com Tavares (2007), o LPP posteriormente foi substituído pelas Unidades Educativas de Produção (UEP's). Desse modo, o Sistema Escola-Fazenda ficou disposto conforme demonstrado na figura 8.

Figura 8: Demonstrativo da interdependência das áreas de atividades do Sistema Escola –Fazenda (1985).



Fonte: COAGRI, 1985 apud BIULCHI (2005, p. 34)

Nas UEP's deveriam ser realizadas as disciplinas escolares: Agricultura I – para o ensino e produção de olerícolas e jardinocultura; Agricultura II – para o ensino e produção de culturas regionais temporárias; Agricultura III – para o ensino e produção de culturas perenes; Zootecnia I – para o ensino e produção de animais de pequeno porte; Zootecnia II – para o ensino e produção de animais de médio porte; Zootecnia III – para ensino e produção de animais de grande porte; agroindústria e outras UEP's foram criadas em função de necessidades e características regionais (SOUZA, 2011).

Neste produto educacional vamos apresentar o funcionamento do Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM (1979-1993) a partir da última mudança dos elementos componentes deste sistema. Para tanto, precisamos antes entender a configuração curricular do curso que esta instituição escolar ofertava na época.

A grade curricular do curso Técnico em Agropecuária da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM estava configurada no início dos anos de 1980 de acordo com o quadro 1.

Observe no quadro 1 as disciplinas escolares da Educação Geral e da Formação Especial, bem como a carga horária e a distribuição em cada série do curso Técnico em Agropecuária na escola.

A grade curricular do curso Técnico em Agropecuária nas Escolas Agrotécnicas Federais passou por alterações ao longo da década de 1980 por meio da introdução de novas disciplinas e a alteração da carga horária de algumas disciplinas existentes, como é possível verificar no Documento intitulado “Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas” elaborado pelo MEC, através da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE), no ano de 1990.

Quadro 1 – Grade curricular do curso Técnico em Agropecuária da Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

ANEXO 2

Escola Agrotécnica Federal de Manaus

Currículo - Habilitação: Técnico em Agropecuária .....Crédito .....Horas - 3.690

Núcleo Comum	Educação Geral				Formação Especial						
	Disciplinas	Séries			Total de Horas	Disciplinas	Séries				
		1ª	2ª	3ª			1ª	2ª	3ª	Total de Horas	
Comunicação e Expressão	Língua portuguesa e literatura brasileira	03	03	02	240	Redação e expressão	-	-	02	60	
	Língua estrangeira	02	-	-	60						
	Educação artística	-	02	-	60						
Estudos Sociais	História	02	-	-	60	Estudos regionais Administração e economia rural	-	-	02	60	
	Geografia	02	-	-	60						
	OSP/B	-	-	02	60						
	Educação moral e cívica	-	02	-	60				05	90	
Ciências	Matemática	03	03	02	240	Desenho e topografia	-	04	-	120	
	Física	-	02	02	120	Agricultura	02	02	-	120	
	Química	02	02	-	120	Zootécnica	02	02	-	120	
	Biologia	02	02	-	120	Culturas	06	06	08	600	
	Programas de saúde	02	-	-	60	Criações	06	06	08	600	
						Irrigação e drenagem	-	-	05	90	
Outros componentes do Art. 7º da Lei nº 5.692/71	Educação física	03	03	03	270	Estágio supervisionado	-	-	03	180	
	Ensino religioso	-	01	-	50						
Educação Geral		21	20	11	1.560	Formação Especial		16	20	29	2.150

Total Geral - 3.690.

Fonte: (ALBUQUERQUE, 1984, anexo 2).

Na grade curricular do curso Técnico em Agropecuária presente nas Diretrizes de 1990, a Disciplina Literatura Brasileira foi desmembrada da Língua Portuguesa; o Inglês foi adotado como Disciplina da Língua Estrangeira Moderna; na disciplina Estudos Regionais foram acrescentadas Sociologia e Extensão Rural; as Disciplinas Agricultura, Zootecnia, Culturas e Criações deram lugar às Disciplinas Zootecnia I, II e III, e a Agricultura I, II e III; e, foi incluído na grade curricular as Disciplinas Cooperativismo, Mecanização Agrícola e Indústrias Rurais.

A Disciplina Língua Portuguesa diminuiu uma aula na 2ª série, ao passo que Literatura Brasileira ganhou três aulas, uma em cada Série; Matemática ganhou mais uma aula na 3ª série; Educação Artística e Educação Moral e Cívica perderam uma aula cada e passaram a ser ministradas na 1ª série; Administração Rural perdeu uma aula; a disciplina Cooperativismo possuía uma aula na 1ª série; Mecanização Agrícola e Indústrias Agrícolas tinham duas aulas cada na 2ª série; e o Estágio Supervisionado passou a ser exigido em carga horária de 360 horas.

Um dos professores que trabalhou na Escola Agrotécnica Federal de Manaus no período de 1979 a 1993 e que nos concedeu uma entrevista para a produção da dissertação do qual este produto é oriundo, relatou que as práticas escolares nas UEP's, um dos componentes do Sistema Escola-Fazenda, funcionavam da seguinte maneira:

Na realidade eram criados vários setores, aí tinha o setor que chamavam dos animais, chamado Zootecnia, tinha I, II e III, era pequeno animais, médios animais e grandes animais, aí você vai imaginando, os pequenos, galinha, essa parte aí, pato; médios animais, porco, cabra; grandes animais, vaca, cavalo. E, na parte da Agricultura, era justamente essa, horticultura, que era as plantas pequenas de horta, couve, alface, pimenta; as anuais, milho, arroz, essas coisas; e as permanentes, que era laranjeira, cafeeiro, cupuaçu, essas coisas que ficam lá vários anos. Tinha esses setores, aí cada setor desse, dependendo da quantidade de alunos, pegava a turma e dividia em quatro grupos e ficavam fazendo rodízio [...]. cada semana ficava rodando, vamos supor, hoje você ia para a horta, na outra semana você ia, ia criando rodízio, pequenos animais, grandes animais [...]. (DOCENTE, 2021, p. 12-13).

O entrevistado salienta que o rodízio também ocorria em outros setores da escola. Ele lembra que, naquela época, os alunos também realizavam os serviços de manutenção da escola.

[...] tinha os setores também de limpeza, naquela época os alunos também faziam as coisas lá de manutenção, no meu tempo [o docente foi aluno da instituição] a gente mesmo limpava os alojamentos e os setores dos projetos tanto animal como das plantas. Tinha a limpeza A que era dentro dos prédios e a limpeza B que era fora, juntar lixo, tirar os matos fora dos prédios, tudo isso tinha rodízio, tinha rodízio na Educação Física [...]. (DOCENTE, 2021, p. 13).

Segundo o Documento MEC/SENETE (1990), cada UEP tinha uma sala de aula ambiente onde eram ministradas as aulas teóricas de Zootecnia e Agricultura. Mas de acordo com o professor, no princípio não havia salas de aulas nas UEP's, elas só foram implantadas após um período:

Quando começou, vamos supor, você descia num determinado setor você só ia fazer a prática agrícola ligada àquele projeto, por exemplo, cultura da laranja, você ia só capinar, adubar, essas coisas, podar, colher laranja, nos animais a mesma coisa, criar galinha, a gente só ia para aquele ambiente onde estava a galinha, alimentar, fazer limpeza, dar vacina, essas coisas, dar remédio, chamava-se manutenção dos setores. Então tinha isso aí, depois de um certo tempo veio orientação de Brasília que ficava melhor se antes você tivesse duas horas de aula ou pelo menos uma hora para depois ir para a prática, aí começaram a fazer sala de aula lá perto das práticas, ligadas às práticas, você chegava lá entrava na sala de aula e depois ia para as práticas propriamente ditas [...]. (DOCENTE, 2021, p. 11).

O professor conta que após a implantação das salas de aulas nas UEP's houve uma mudança dinâmica do tempo na escola.

Quando entrei lá era assim, tinha aula à tarde e de manhã, agora quem tivesse aula de manhã, aula que a gente chama sala de aula, à tarde ia só para atividade prática, e invertia a turma da tarde, de manhã era atividade prática e à tarde era só aula. Depois houve esse meio termo, começaram a fazer as salas de aulas lá perto do campo, então você já ia direto, descia e não subia, aí você tinha aula direto, de manhã e de tarde, aí um outro horário ia para a prática esportiva, essas coisas que também tinha no currículo, fazia parte, mas você descia, tinha os primeiros tempos e depois ia para a prática [...] (DOCENTE, 2021, p. 12).

Vale destacar que existiam também as salas de aula nos prédios principais da instituição onde ocorriam aulas das disciplinas do Núcleo Comum e algumas da Formação Especial.

Enfim, o professor entrevistado fez uma síntese de alguns espaços e tempos escolares da Escola Agrotécnica Federal de Manaus naquele período.

Tinha a sala de aula normal. A sala de aula normal era assim, era mais ou menos uns 35 alunos numa sala, em média, e naquela época tinha os ventiladores, mas depois de um certo tempo que entrou o ar-condicionado [...]. Mas tinha isso, esses espaços, e a parte prática era nos setores, no setor de animais, no setor de plantas, era dividido em animais de pequeno porte, de médio e grande porte; e as plantas de ciclos, pequenas plantas, médias e as permanentes. Tinha esses setores lá que ficavam fazendo rodízio e também tinha um horário lá que era para Educação Física, que era feito no campo, na quadra, na piscina. (DOCENTE, 2021, p. 13 -14).

De acordo com ele, a área da instituição era cortada pela estrada do Aleixo e as UEP's funcionavam dos dois lados da estrada, para quem fosse no sentido Centro-bairro Colônia Antônio Aleixo, a parte animal ficava do lado esquerdo e a parte vegetal do lado direito.

Quanto ao componente COOP do Sistema Escola-Fazenda e o seu funcionamento na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, não conseguimos encontrar fontes suficientes para discutirmos na produção da dissertação e apresentarmos aqui neste produto educacional. Possivelmente essas fontes existam nos arquivos públicos e na instituição pesquisada, mas devido à pandemia do COVID-19 vigente no período da pesquisa não tivemos acesso aos locais de levantamento de dados.

# C

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente *e-book* buscou apresentar o funcionamento do Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM no período de 1979 a 1993, visando descortinar a cultura escolar dessa renomada instituição.

Neste processo, inicialmente discorreu-se sobre a trajetória histórica desta instituição escolar, desde 1923 a 2008. Constatou-se que a Instituição não estava alheia a mudanças na educação brasileira e no ensino agrícola ao longo do século XX, tanto que ela foi mudando na medida que ocorriam tais modificações.

Em seguida, foi oferecido um “mapeamento” da zona leste da cidade de Manaus ao longo do século XX e constatamos que esta zona passou por um intenso processo de transformação, principalmente a partir da década 1970. Neste processo também constatamos o processo de construção do Colégio Agrícola do Amazonas através de um jornal que circulava na cidade naquele período.

Por fim, apresentou-se o Sistema Escola-Fazenda e o funcionamento dele nos espaços escolares da Escola Agrotécnica Federal de Manaus no contexto de 1979 a 1993. Constatou-se, assim, este funcionamento através dos relatos de um professor que trabalhou na Escola no período pesquisado.

O Sistema Escola-Fazenda compreendia três eixos principais: as Salas de Aula, as Unidades Educativas de Produção e a Cooperativa-escola, que deveriam funcionar de forma integrada e interligada.

Entretanto, as Unidades Educativas de Produção apresentaram-se com mais intensidade neste *e-book*. Contudo, espera-se que estes escritos possam incentivar pesquisas futuras a continuarem descortinando este e outros eixos do Sistema Escola-Fazenda tanto da Escola Agrotécnica Federal de Manaus como das outras Escolas Agrotécnicas.

# R

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria José Ramos de. *Os técnicos na produção dos ribeirinhos do Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1984.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.

BARBOSA, Tatiana da Rocha. *Ocupações irregulares e a (re) produção do espaço urbano da zona leste de Manaus (AM): da ilegalidade do processo a legalidade da questão da moradia*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2017.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIULCHI, Paulo Vitório. *A Educação Agrícola no Sistema Escola-Fazenda e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: uma análise crítica da disciplina de Mecanização Agrícola*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2005.

ISSA, Silvia Aparecida Caixeta. *Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986): a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIZOGUCHI, Shigeo. *Escola–Fazenda: Um Sistema Brasileiro onde o jovem aprende, trabalha e ganha*. Seminário Internacional de Educação, Formação Profissional e Emprego nas Periferias Urbanas. Salvador. 1980.

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa. *De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico?* 2007. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do Regime Militar. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SOBRAL, Francisco José M. Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil. *Revista brasileira da educação profissional e tecnológica*, [s. I.], v. 2, n. 2, p. 78-95, 2009.

SOUZA, José Eurico Ramos de. *As Reformas da Educação Profissional e a diversidade cultural: um estudo de caso na Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2011.

TAVARES, Carlos Alberto. A formação do técnico em agropecuária no Sistema Escola–Fazenda. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*. Recife, vol. 4, p.314-339, 2007.

VIEIRA, Livia Carolina. *História da Educação Agrícola do Sul de Minas Gerais: A Escola Agrícola de Muzambinho (1948-1985)*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, s/n, p. 63-82, 1995.

## Documentos consultados

BRASIL. *Decreto nº 8.319 de 1910, de 20 de outubro de 1910*. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 maio 2020.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 13.706, de 25 de julho de 1919*. Dá nova organização aos patronatos agrícolas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-republicacao-95833-pe.html> Acesso em: 25 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 2.255, de 30 de maio de 1940*. Transfere o Aprendizado Agrícola Rio Branco, no Território do Acre, para o Estado do Amazonas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2255-30-maio-1940-412217-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946*. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967*. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 set. 2020.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 70.513, de 12 de maio de 1972*. Eleva à categoria de Colégio os Ginásios Agrícolas que menciona. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70513-12-maio-1972-418858-publi->

cacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 24 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979*. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-norma-pe.html> Acesso em: 24 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024compilado.htm) Acesso em: 21 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993*. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8731-16-novembro-1993-349599-norma-pl.html> Acesso em: 24 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm) Acesso em: 25 ago. 2020.

COAGRI. Vídeo institucional. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=OpykF-\\_deB8](https://www.youtube.com/watch?v=OpykF-_deB8) Acesso em: 04 fev. 2021.

DOCENTE. *Entrevista cedida por um professor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus -AM para confecção da dissertação intitulada “Cultura e práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM (1979-1993)”*. Cedida no dia 04 mar. 2021.

IFAM. *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2019-2023*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Manaus, 2019.

JORNAL DO COMMERCIO. *Empresa de Plantação, LTDA*. Ano 1932, Edição 09829, p. 4.

\_\_\_\_\_ *Morreu vítima dum desastre*. Ano 1938, Edição 11586, p. 1.

\_\_\_\_\_ *Companhia Brasileira de Plantações S/A. Ata da reunião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em três de Dezembro de 1938*. Ano 1939, Edição 11769, p. 2.

\_\_\_\_\_ *Encontrado Morto*. Ano 1940, Edição 12275, p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Vários moradores da Estrada do Aleixo fazem apêlo ao DERA*. Ano 1960, Edição 17434 p.4.

\_\_\_\_\_ *Reclama contra a estrada*. Ano 1962, Edição 17809, p. 6.

\_\_\_\_\_ *Companhia Brasileira de Plantações - Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Brasileira de Plantações, realizada às 9 horas do dia 1 de abril de 1966*. Ano 1966a, Edição 18963, p. 2.

\_\_\_\_\_ *Firma vencedora*. Ano 1966b, Edição 19201, p.4.

\_\_\_\_\_ *Um Plano Promissor*. Ano 1967, Edição 19421, p. 8.

\_\_\_\_\_ *“Turislândia” será uma grande atração*. Ano 1969, Edição 20176 B, p. 3.

\_\_\_\_\_ *Companhia Brasileira de Plantações – Relatório da Diretoria- exercício financeiro de 1969*. Ano 1970a, Edição 20358, p.5.

\_\_\_\_\_ *A encantadora Turislandia*. Ano 1970b, Edição 20511, p. 6.

\_\_\_\_\_ *Turislandia*. Ano 1970c, Edição 20407, p. 5.

\_\_\_\_\_ *Diretor de Obras do MEC veio ver Colégio Agrícola*. Ano 1970d, Edição 20386, p. 1.

\_\_\_\_\_ *Colégio Agrícola*. Ano 1971, Edição 20739, p. 3.

\_\_\_\_\_ *Comando Naval de Manaus instala-se no Paredão*. Ano 1972, Edição 21034, p. 2.

\_\_\_\_\_ *Colégio Agrícola do Amazonas – Nota*. Ano 1973, Edição 21234, p. 11.

\_\_\_\_\_ *Edição comemorativa do Jornal do Commercio em homenagem ao 337º aniversário da cidade de Manaus*. Manaus-AM, segunda e terça-feira, 23 e 24 de outubro de 2006.

MAIA, Álvaro. *Exposição ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, por Álvaro Maia, Interventor Federal*. Maio de 1940 a maio de 1941. Manaus-AM: Imprensa Pública, 1941.

MELLO, Nelson de. *Relatório apresentado ao Ex.º Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello*. Outubro de 1933 a dezembro de 1934. Manaus- AM: Imprensa Pública, 1935.

MEC/SENETE. *Diretrizes de Funcionamento das Escolas Agrotécnicas*. Brasília, 1990.

SOUZA-ARAÚJO, H. C. de. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Prof. Dr. Washington Pires, Ministro da Educação e Saúde Pública, em 31 de maio de 1933*. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 1933.





# AUTORES



**Naasson Barbosa Cruz**

Professor da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM) e da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED-MANAUS).



**Ana Cláudia Ribeiro de Souza**

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

